



PREVIJUÍ - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí

Rua 14 de Julho, 231 – Sala 01, Ijuí – RS
CNPJ: 04.778.819/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí – PREVIJUI criado pela Lei Municipal nº 3.862 de 17 de outubro de 2001 e reestruturado pela Lei 5.436 de 05 de maio de 2011 é uma entidade fundacional com personalidade jurídica de direito público, integrante a administração indireta do Município de Ijuí com autonomia administrativa e financeira, ao qual compete a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, homologação dos benefícios de aposentadoria e pensão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão, observando os critérios nesta Lei, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, em conformidade com as avaliações atuariais realizadas em cada exercício financeiro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os princípios da contabilidade, Lei 4.320/1964 em consonância com os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário

No exercício de 2023 houve manutenção da previsão inicial do orçamento de R\$ 113.000.000,00 sendo necessários alguns ajuste de suplementação e redução mas sem alteração no valor inicial previsto. A receita arrecadada no valor de R\$ 128.708.879,30 superou o valor estimado e a despesa empenhada no valor de R\$ 67.696.311,18 ficou abaixo da prevista, resultando em um *Superávit* orçamentário no valor de R\$ 61.012.568,12 para o exercício.

A receita arrecada superou consideravelmente a receita estimada principalmente pela cautela no momento da previsão orçamentária da rentabilidade das aplicações financeiras do PREVIJUÍ devido 2023 ser o primeiro ano do novo governo federal havendo imprevisibilidade no comportamento do mercado financeiro neste início de mandato.

Do total da receita arrecadada de R\$ 128.708.879,30, R\$ 74.085.569,63 representam a Receita Intraorçamentária, ou seja, valor repassado internamente dos demais órgãos do Município de Ijuí para o Regime Próprio de Previdência, sendo elas as contribuições patronal normal, taxa de administração e suplementar (amortização do passivo atuarial).

Dos empenhos emitidos em 2023 ficaram registrados apenas Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 48.929,23.

Tendo em vista o vigência da Portaria STN nº 740/2021 a qual alterou as Fontes de Recursos para o exercício 2023, não houve previsão orçamentária de receita para a Fonte de Recurso 1.802 Recurso Vinculado ao RPPS – Taxa de Administração onde inicialmente foram arrecadados valores oriundos as taxa de administração na natureza de receita 7.6.1.1.50.9.1 - Outros Serviços Administrativos Previdenciários, após melhor entendimento e mediante orientação técnica em 25/07/2023 houve ajuste com transferência de saldo para a natureza de despesa 7.2.1.5.02. e 7.2.1.5.50 – Contribuição Patronal do Servidor Ativo e Inativos e Pensionistas, respectivamente, findando o exercício 2023 com o valor arrecadado de R\$ 2.632.455,42 de contribuição da taxa de administração Fonte de Recurso 1.802.

Considerando, ainda que, além da alteração das Fontes de Recursos a Portaria STN nº 740/2021 criou o Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária. No caso do RPPS este código é aplicado exclusivamente para a natureza de despesa dos Benefícios Previdenciários.

Na proposta orçamentária inicial entendia-se que o sistema de informática traria o desdobramento no momento do empenho, o que não aconteceu. Em contato com a empresa prestadora de serviços, foi nos informado que para solucionar o problema a forma permitida pelo sistema é abrir uma nova funcional programática: ***“Neste caso, a despesa teria que estar em outra funcional.... O arquivo BAL_DESP (onde tem a informação do CO), gera apenas naturezas da despesa a nível de elemento. Ou seja, no arquivo vão apenas as despesas sintéticas e o CO informado.”***

Dessa forma, houve abertura de **Crédito Adicional Especial** através da Lei Municipal 7.424 de 19/07/2023 e Decreto nº 8.361 de 28/07/2023 para ajuste na natureza de despesa dos Benefícios Previdenciários do RPPS CO 1121 - Legislativo com nova funcional programática, mantendo a funcional programática já existente no CO 1111 – Executivo para o Executivo incluindo as administrações indiretas, ficando, assim, adequado a legislação vigente, no Quadro 2 do Anexo II da Portaria STN nº 740/2021.

Porém ressalta-se que até a competência Julho/2023, devido a estrutura do sistema de informática, foram empenhados no CO 1111 valores de benefícios previdenciários referente ao Legislativo no valor de:

- Aposentadorias: R\$ 1.187.108,16
- Pensões: 473.199,16

Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro

Em 2023 do total de R\$ 321.160.089,70 de ativo financeiro, o valor de R\$ 4.302.528,44 está depositado em conta bancária distinta para uso nas despesas administrativas do Instituto, R\$ 33.062.191,92 representam aplicação em Títulos Públicos Federais marcados na curva contabilizados no Ativo Financeiro de Longo Prazo (vencimentos em 2026 e 2035) e o restante do saldo R\$ 283.795.369,34 tem por finalidade o pagamento de benefícios previdenciários.

Em 2023 ocorreu transferência de custódia dos títulos públicos da Caixa Econômica Federal para o Banco do Brasil devido a isenção de cobrança de taxa de custódia por parte deste último, permanecendo apenas a cobrança do custo SELIC.

Conforme contrato assinado com o Banco do Brasil S.A. item 2.11.1, na transferência da custódia houve também alteração na forma de precificação deste títulos sendo que passaram a ser Marcados na Curva não mais à Mercado.

Com relação a contabilidade, como os títulos públicos eram avaliados com Marcação à Mercado, entendia-se que deveriam estar registrados no grupo 1.1.4.4.1.01.01 – Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional do Ativo Circulante. Com a alteração dessa avaliação e, com base no que consta na IPC 14 da STN e no art. 7º do Anexo VIII da Portaria MTP nº 1.467/2022, em 28/09/2023 houve transferência do saldo desses títulos para o grupo de contas 1.2.1.3.1.08.01 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro, grupo do Ativo Não Circulante, pois serão mantidos até o vencimento, sendo precificados com a marcação na curva.

Dessa forma os títulos públicos mantidos pelo PREVIJUÍ apresentam a seguinte situação:

Compra do Papel em 11/11/2016:

NTN-B vencimento 15/08/2026

Quantidade: 5.000

PU: R\$ 2.931,545378

R\$: 14.657.726,89

Taxa: 6,279%

NTN-B vencimento 15/05/2035

Quantidade: 3.000

PU: R\$ 3.011,78582

R\$: 9.035.357,46

Taxa: 6,079%

Custodiante Caixa Econômica Federal

Marcação à Mercado

Transferência de Custódia em 12/07/2023 (até essa data marcados à Mercado):

NTN-B vencimento 15/08/2026

Quantidade: 5.000

PU: R\$ 4.100,799301

R\$: 20.503.996,50

NTN-B vencimento 15/05/2035

Quantidade: 3.000

PU: R\$ 4.186,065143

R\$: 12.558.195,42

Custodiante Banco do Brasil

Marcação na Curva

O PREVIJUÍ mantém suas aplicações conforme está previsto na sua Política de Investimentos e Resolução Conselho Monetário Nacional. Porém, em novembro/2021, com a liquidação do Fundo Austro Institucional PIFE houve entrega, ao PREVIJUÍ, de Ações Banrisul com objetivo de tentar minimizar a perda do RPPS a qual possibilita venda desse ativo em momento oportuno. Dessa forma, o PREVIJUÍ mantém em 31/12/2023 um valor de R\$ 687.541,16 em Ações Ordinárias e Preferenciais Banrisul atualizado conforme extrato emitido pelo Banrisul Corretora.

Com a alteração de regras do Novo Comprev, houve pagamento em duplicidade (equivocadamente) da competência Janeiro/2019 no valor de R\$ 14.365,42 o qual foi solicitado ressarcimento na Receita Federal e está em andamento através do Processo nº 13062.720065/2020-44, como parecer favorável da Receita Federal para ressarcimento ao RPPS, porém sem movimentação em 2023, ou seja, situação permanece inalterada.

Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial**Disponível**

O saldo financeiro encontra-se depositado em contas bancárias, sendo em 31/12/2023:

Conta Movimento:	R\$ 0,00
Conta Aplicação:	R\$ 288.231.151,92
Aplicado em Segmento de Renda Fixa	R\$ 273.290.987,95
Aplicado em Segmento de Renda Variável	R\$ 1.400.937,42
Aplicado em Segmento Estruturados	R\$ 8.549.156,95
Em enquadramento – Ações Banrisul	R\$ 687.541,16
Aplicado em Segmento Renda Fixa – Taxa de Administração	R\$ 4.302.528,44
Total	R\$ 288.231.151,92

Créditos a receber

Findo o exercício o Instituto permaneceu com valores a receber no mês subsequente a sua competência, conforme previsto em legislação específica, no valor de R\$ 11.350.091,40, sendo:

- Compensação Financeira Previdenciária - COMPREV - do INSS e RPPS da União R\$ 1.367.200,84 referente a compensação previdenciária competência Novembro e

Dezembro/2023; do Estado de Santa Catarina R\$ 426,21 referente Dezembro/2023 e dos Municípios R\$ 742,20 (R\$ 80,40 Augusto Pestana, R\$ 14,12 Entre – Ijuí, R\$ R\$ 381,44 Sananduva, R\$ 266,24 Santo Augusto) das competências Novembro e Dezembro/2023;

- Município de Ijuí – Executivo e DEMEI - R\$ 9.981.722,15 referente à contribuição patronal (normal, suplementar e taxa de administração) e do servidor ativo das competências Dezembro de 13º Salário/2023.

Receita Federal – R\$ 14.365,42 referente compensação previdenciária paga em duplicidade, com parecer favorável de devolução da Receita Federal encaminhado ao Departamento de Compensação Previdenciária conforme Ofício nº 655/2021/DEVAT10-VR/RS de 17/12/2021, porem sem movimentação em 2023, ou seja, situação permanece inalterada.

Estoques

O valor em estoque de R\$ 17.767,13 são mensurados pelo preço médio ponderado de compras e refere-se exclusivamente ao almoxarifado de material de consumo, inventariados em 28/12/2023.

Ativo Não Circulante

Para adequação ao PCASP 2023, que trouxe alteração de metodologia de contabilização, houve ajuste, em 11/08/2023, dos valores registrados nas Provisões Matemáticas Previdenciárias de Longo Prazo na qual o grupo do ativo 1.2.1.1.2 - Realizável a Longo Prazo passou a receber registro contábil.

Já em data focal 31/12/2023 os valores das Provisões Matemáticas Previdenciárias foram atualizados conforme informações prestadas pela empresa Flow Consultoria Atuarial responsável pelo cálculo atuarial 2023.

Em 2023 com a alteração de precificação dos títulos públicos que até então eram marcados à mercado e passaram a se marcado na curva houve transferência de saldo, em 28/09, do grupo 1.1.4.4.1.01.01 – Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional do Ativo Circulante para o grupo de contas 1.2.1.3.1.08.01 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro, grupo do Ativo Não Circulante pois serão mantidos até o vencimento, sendo precificados com a marcação na curva como consta na tabela abaixo:

Papel:	
NTN-B Vencimento 15/08/2026	R\$ 20.503.996,50
NTN-B Vencimento 15/03/2035	R\$ 12.558.195,42
Total	R\$ 33.062.191,92

Também consta registrado no ativo não circulante os bens patrimoniais do PREVIJUÍ, sendo que em 2023 houve aquisição de cinco itens de bens móveis permanentes, no valor total de R\$ 19.009,00, sendo eles incorporado no patrimônio.

As depreciações mensal e inventário geral em 28/12/2023 foram executados conforme padrão adotado, sem alterações.

Valores a pagar

Dos valores pendentes de pagamento para o exercício seguinte ficaram:

- Conta de telefone – valor de R\$ 72,09 sendo que a conta não chegou a tempo hábil para pagamento dentro do exercício;
- COMPREV – competência Novembro e Dezembro/2023 no valor de R\$ 42.396,52 ao INSS; competência Dezembro/2023 R\$ 86,54 ao RPPS da União; competência Dezembro/2023 R\$ 4.383,38 ao Estado do Rio Grande do Sul e R\$ 1.990,70 aos Municípios (R\$ 1.855,55 – Farroupilha, R\$ 105,73 – Nova Bassano e R\$ 29,42 – Santa Maria), com data de vencimento no 5º dia útil do segundo mês de subsequente conforme consta no Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME de 18/11/2020.
- Consignação BERGS – retenção na folha dezembro/2023 no valor de R\$ 213.627,89 com débito em conta previsto para dia 10 do mês subsequente.

Passivo Não-Circulante

No Passivo Não Circulante está registrado as Provisões Matemática Previdenciárias Atuariais apuradas anualmente através do Cálculo Atuarial.

Em 11/08/2023 houve ajuste dos saldos registrados na contabilidade referente as Provisões Matemáticas Previdenciárias para adequação ao PCASP 2023, que alterou metodologia contábil .

O registro contábil das Provisões Matemáticas Previdenciárias com base de dados do exercício 2023 foi atualizado na data focal em 31/12/2023 conforme prevê o Art. 3º da Portaria Nº 464, de 19 de novembro de 2019, dados fornecidos pela Flow Consultoria Atuarial, empresa contratada pra realização da avaliação atuarial.

Patrimônio líquido

Em 11/08/2023 o Patrimônio Líquido sofreu registros contábeis referente adequação ao PCASP 2023 das Provisões Matemáticas Previdenciárias de Longo Prazo, que trouxe alteração de metodologia de contabilização.

O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 3.312.721,19 fechou com resultado positivo no exercício de 2023, embora apresentando um decréscimo em comparação com o exercício anterior.

Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

As provisões de 1/3 de férias e 13º salário estão sendo constituídas pelo Instituto. Restando no final do exercício um saldo de R\$ 30.885,80 na provisão de férias, sendo que o valor da provisão do 13º Salário foi revertido na data do seu pagamento 15/12/2023.

Entre as variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas resultou em déficit de R\$ 54.667.148,85 representado, principalmente, pelo aumento das provisões matemáticas previdenciárias.

Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações e dos investimentos considerando os pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença positiva de R\$ 23.522.928,11 entre os saldos iniciais e finais de Equivalentes de Caixa.

Ijuí, 16 de janeiro de 2024.

Régis Alex Mattioni
Diretor Presidente

Paulo Roberto Meotti
Diretor Adm.-Financeiro

Adriana Karlinski
Contadora